

O DEMOCRATA,
PRIMEIRO JORNAL REPUBLICANO DO FAIAL

FERNANDO FARIA RIBEIRO

Ribeiro, F. F. (2010), *O Democrata*, primeiro jornal republicano do Faial. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 81-95.

Sumário: A implantação da República em Portugal, cujo centenário agora se assinala, não foi um acto precipitado de revolucionários exaltados, mas sim a realização de um projecto que vinha de longe. Na década de 80 do século XIX, não eram muitos os que ousavam defender a abolição da monarquia e estabelecerem um regime republicano e democrático que, conforme prometiam, seria o portador de mais justiça, de autêntica liberdade e de genuína igualdade. É certo que só depois do 5 de Outubro de 1910 se assistiu a uma adesão maciça aos ideais republicanos, até de muitos servidores do antigo regime e que dele haviam colhido grossos benefícios. Mas, se a adesivagem foi enorme, outros cidadãos mantiveram-se fiéis a um projecto de sociedade que abraçaram muito antes.

Na ilha do Faial, um desses projectos foi o semanário *O Democrata*, surgido em 4 de Janeiro de 1885 e terminado em finais de 1887, e que, não obstante a sua curta duração de três anos, terá sido um consistente meio de promoção do ideário republicano.

O presente artigo resulta da consulta dos 108 exemplares de *O Democrata* existentes em arquivo, num total de 430 páginas, e procura divulgar os principais temas de propaganda dos republicanos faialenses, os quais, sendo comuns a todo o país, foram, em várias circunstâncias, adaptados à realidade local, aqui se destacando a figura de Manuel de Arriaga, o conterrâneo que eles apelidavam de “benemérito” e de “generoso mestre”.

Ribeiro, F. F. (2010), *O Democrata*, the first republican newspaper of Faial. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 81-95.

Summary: The establishment of the Republic in Portugal, whose centennial is now commemorated, was not an act carried out by revolutionary hotheads, but the realization of a project that came from afar. In the 80s of the nineteenth century, there were many who dared to advocate the abolition of the monarchy and establish a republican democratic regime. As promised, it would be the bearer of more justice, true freedom and genuine equality. It is true that only after the October 5th, 1910 a massive adherence to republican ideals was observed. Even adherence by many servers of the old regime who had obtained many profits from it. But among a good deal of opportunists many others remained faithful to a social project which embraced much earlier.

On the island of Faial, one of those projects was the weekly newspaper *O Democrata*, which appeared on January 4, 1885 and closed down in late 1887; despite its short duration of three years, it has remained a consistent means to promote the republican ideals.

This paper results from the consultation of the 108 copies of *O Democrata* existing file, a total of 430 pages, and seeks to underline the main themes of the Republican propaganda in Faial, which, being common throughout the country, were, in many circumstances, adapted to local realities. Special mention for the personality of Manuel de Arriaga, the fellow citizen that they nicknamed “meritorious” and “generous master.”

Fernando Faria Ribeiro – Núcleo Cultural da Horta

Palavras-chave: República, Propaganda, Imprensa, *O Democrata*, Faial, Manuel de Arriaga.

Key-words: Republic, propaganda, press, *O Democrata*, Faial, Manuel de Arriaga.

1. PROPÓSITOS

No dia 4 de Janeiro de 1885 surgia na cidade da Horta *O Democrata*, que, apesar de no primeiro ano de existência se qualificar de “Semanário Político e Noticioso” defendia abertamente e em completa liberdade os ideais republicanos. Aliás, assumiria literalmente essa característica no começo do segundo ano de vida, definindo-se então, e enquanto durou, como “Semanário do Partido Republicano Federal da Horta”.

No longo editorial da primeira edição, intitulado “O que somos”, apontam-se os malefícios da Monarquia, com especial incidência nos “nossos homens de estado” que “embrenhados em discussões parlamentares estéreis, em reformar códigos, em fundir e acumular leis, só têm pensado em si, em desenvolver e privilegiar a classe burocrática; e o povo que sue e pague”.

A esta inutilidade e a este egoísmo da classe política, o articulista R. –

que presumo significar *Redacção* – aponta a série de “desgraças” que atormentam o País:

– não temos indústria, praticamos uma agricultura de subsistência e com processos antiquados, o comércio é quase nulo e deixamos “os nossos mais preciosos jazigos metalúrgicos serem explorados por companhias estrangeiras”;

– para mais, as nossas colónias, não só estão “num estado de pobreza e abandono”, como os “nossos legítimos direitos sobre as terras regadas com o sangue dos nossos avós são contestados pelas nações cultas da Europa que vêem nelas poderosos meios de desenvolver o seu comércio e riqueza”;

– apesar de se viver em pleno fomento, *O Democrata* não hesita em apontar que o país está “falto de melhoramentos materiais, apenas temos alguns quilómetros de vias férreas que nos tem custado milhares de con-

O DEMOCRATA

ISSUEIHO para se em, engrossa 10 reis por folha
para se em, engrossa 12 reis.
Inscreverem publicos litterarios, mandando seu nome

SEMANARIO POLITICO E NOTICIOSO

ANNUALIDADE por anno.....100 reis.
para fora de ilha annuo e posto de correio.
Numero unico 40 reis.

HORTA E QUE SOMOS

N'um paiz pobre como é Portugal o dever dos honreus que há 50 annos lhe tem dirigido o destino, seria a extempio d'outras nações, procurar por todos os meios possiveis desenvolver a sua riqueza litteraria.

Mas infelizmente não tem accoetido assim; os nossos honreus d'estado embebidos em discussões parlamentares ceteris, em reformar codigos, em fundir e acumular leis, só tem pensado em si, em desenvolver e privilegiar a classe burocratica; e o povo que suas e paga.

Não são temos industria, os nossos processos agricolas remotaes ao tempo da fundação da monarchia, o commercio portuguez é uma vergonha irrisoria, e os nossos mais preciosos talentos metallurgicos são explorados por companhias estrangeiras.

As colônias estão n'um estado de pobreza e abandono deploráveis e mesmo assim os nossos legitimos direitos appoiam-se nas terras regidas com o sangue de nossos avós, são contestadas pelas nações cultas da Europa, que vêem n'ellas poderosos meios de desenvolver o commercio e riqueza. O paiz está farto de melhoramentos materiaes; apenas temos alguns kilometros de vias ferrreas que nos tem custado milhares de contos e centos sacrificios.

A corrente da emigração é espantosissima; milhares de iguaes de folha os dias vão levar a nossa riqueza para as duas Americas e para as ilhas de Sandwich.

Temos em Portugal muitos campos que a falta de braços foram baldios; na provincia de Alentejo, muitos kilometros quadrados de planicie estéril sem cultura, porque não têm os gover-

nos monarchicos procurado dirigir a emigração para as nossas colônias africanas em vez de irem fertilizar o solo estrangeiro?

Os impostos que a monarchia para succeder aos seus devaerios tem sobrearregado o povo são excessivos. A instrucção popular está n'um lastimoso estado de abandono; e vergonha irrisoria é o professorado publico que em todos os paizes esclarecidos e honestos, é instruido e bem remunerado, em Portugal é ignorante e morre de fome! Os energias do paiz engrossam a olhos vistos, «dedit» é a letra que prescreve os nossos mais zelozos escriptas e de que jamais se podem curar, porque nemhum partido monarchico tem a precisa coragem o energia para fazer serios cotas pecuniarias. E a dívida engrossando sempre, já se vê a enorme cifra de quinhentos annos de taxa.

Por outro lado as camaras municipaes herando da governação o mesmo sistema de «moralidade» são estagnadas com augmentos de salarios aos empregados, em construcções desnecessarias e superfluas e para fazer face ás suas despesas não sobrearregando o povo com novos e onerosos impostos.

Tal taxa não e sóra por muito tempo ainda o resultado da «sabia» administração da monarchia portugueza!

Depois de nos termos esgotado de que não nos conduzia a «séria» e a «vergonha» e «esta» vergonha para onde nos arrojaramos as suas ambições, hoje de condor-se a bancarotta e a tutela estrangeira talvez, se não houver no paiz honreus honestos e probes que possam sua detestavel e «dileite» rapida para onde nos tem arrastado.

O movimento republicano tendo-se desenvolvido consideravelmente em Portugal nos últimos tempos, tornou-se

proseio crear por todos os meios, meios de propaganda. Nos dias principaes apesar de estarem nas proximidades da acção da força e do dor,ahi mesmo é que o movimento tem accentuado e irradiado para resto do paiz. Nas pequenas localidades o partido republicano é menos vigoroso por falta de meios seguros de propaganda que se esterilizo e morrem d'encontro aos interesses mesquinhos de facciosos da realza.

Creando o «Democrata» procuramos desenvolver e vulgarizar na Horta os principios da democracia que são praticas na legitima aspiração dos honreus honestos e esclarecidos do seculo XIX.

Sabemos que não são attar com muitas difficuldades, uma legge offi- que o elemento burocratico applaudia, era que a galopante-gonastica explorava em seu praxivo o cadio ignorante, em que os partidos monarchicos se espoliavam, e finalmente em que a corrupção dimando de falsos principios tem apredendo derrocado o velho edificio da monarchia portugueza. Alguns que se aita a levantar um braço em prol de liberdade e da justiça e perseguido. Enst! Temos na nossa consciencia de honreus honestos e desinteressados a fim convencer de que trabalhemos por um causa justa e honesta e que não a progreje tem a calumnias suas demoras de nosso intuito.

II

SILVA LUBOA

Foi condemnado a um termo de prisão, o nosso illustre corrregedor e possente cidadão, Amo Polcario da Silva Lisboa, director politico da

«Era Nova», folha republicana da capital, por ter aserido e assumido a responsabilidade do artigo intitulado— «DURAS VERDADES» publicado sob a impressão dos ganganarios acontecimentos da Madeira.

Os magnates governamentais, que não cessavam de apregoar a sua tolerancia, para com a opposição monarchica, quando esta procurando galgar os degraus do poder, injuriava o chefe do estado, forçavam uns loi que, como se vê, visa excellentemente a perseguição do jornalista independente e honesto, que para a sua relevos monstruosidades que uma mta inarchia corrupta, costumava empregar para conseguir a realisação dos seus mais infames desejos.

Sonhamos os machucados que nos exploram, por termos á explanação dos crimes e abusus (po, sem o menor vislumbro de pudor, constantemente comitem, e ahí estão converter em realidade, com monfesta opposição do paiz, o seu sonho, a celeberrima «visi das rollas».

Crusapas, malhores e honreus indolentes eram espiçariados pelas tropas d'el-rei, sob o commendo de officinaes de confiança, que escolham para teatro das suas façanhas a assembleia da cidade de Beva; perseguiu-se innumeros cidadãos, pelo unico crime de não votarem com os assaltarios da monarchia, e imprensa republicana do paiz, sempre fiel aos principios que professava, pela voz de dois seus donados campos, descrever as peripetias do crime em toda a sua hebidont e perveridade.—essa monarchia que nos interrogada o que tem por norma, de tratar o cidadão digno e honesto e encider de honraras e prevenios o sabujo e trapaceiro, arrecessa para um carcere Silva Lisboa, em quanto que os assassinos e seus cúmplices passavam impunemente!

FOLHETIM NOTAS A LAPIS

Entre os papéis regeneradores e os progressistas discute-se a esta hora com grande calor e varios interesses, respeito a grave questio do saber qual dos dois partidos mais effizientemente contribuiu para o desenvolvimento do partido republicano em Portugal. As Gazetas regeneradoras, e «avancado» suas collecções do «Diario Epistolar», discutem esta questão fozendo que hinas, encuradas no calcareo de aguas d'os de 1878, e estendendo a fozura na politica d'essa epoca progressista, conseguem ressaltar alguns monstros d'esse periodo antedifervano e confundem que a actual hydra da monarchia é filha legitima do ar. Mariano de Carvalho, «epistolar» da Graja, h'j chamado. Os periodicos progressistas, pela

suas parte, negando indignadas esta ficção attentada á sua honestidade monarchica, voltam a accusação contra os regeneradores e asseveram que o sr. Fontes e o avô paterno da jacobiagem luzitana, que foi elle que o inventou depois de se ter desenganoado de que não avendora a pólvora, e que é finalmente elle que a alimenta e faz prosperar com as suas dissipações principaes de lhe dar subsídio gratuita no Limoeiro e de lhe consolar quotidianamente outr's favores da sua regia mauditeza.

Não se nega de todo o contrario ás affirmações não e facil deegar a um resultado seguro e digno de confiança. Com effeito, se ahyda é filha do sr. Mariano de Carvalho, como pretendem os regeneradores, ella não pode ser mais do que Fontes, porque para isso era preciso que o sr. Fontes fosse pai do sr. Mariano de Carvalho, o que é doadamente falso, porque o sr. Fontes

não tem filhos, mas «ante» sobrinhos. Se a hydra porém é neto do sr. Fontes como asseveram os progressistas, ella não pôde ser filha do sr. Mariano de Carvalho, pois que passava era indispensavel que o sr. Mariano de Carvalho fosse um esparitico, que o sr. Fontes tem e casado em pae adoptivo.

Alguza-se nos pontos de todo o ponto calumniosas accusações da paternidade da hydra em que os dois partidos aquelles ohyda a utamamto agredido e desmancho.

Os dois partidos, permitto-meos a dizer encio em t'gto e proffizem entepis, que hydra não tem pae nem mãe, que é o crepado esparitico.

Bem sabemos que sciencia monica na transformação d'instancia inorganica em acria orgânica do imperio de um certo nome de circura.

tancia monologica, que devari um dar-se á superficie do globo nos primeiros periodos de formação da crusta terrestre, regezia terminantemente a actualidade de um tal phenomenon physiologico no condicionalismo dyamic da vida presente, onde o principio assente e veridade definitivamente adquirida que tod'o se orgaunizado e sempre possivel d'un outro ser vivo. Para nós porém, que, como catholico apostolico romano, segundo a excessão do artigo 6.º da Carta, subscrimos em verdades da sciencia ao beneficio da theologia, o facto biblicamente authenticado da immaculada Concepção, nosa doce hominiza, autocrisada a acreditar que a hydra da monarchia tambem poderá ser esparitico e rabuar por esse paiz fóra sem os auxilios da paternidade da progressista o regeneradora, o unicamente por obra e graça do divino Espirito Santo.

Foi d'edificadissimo do divino Espirito

FIGURA 1: Primeira página do primeiro número de O Democrata.

tos de reis e enormes sacrifícios”;
 – por tudo isto, “famílias inteiras emigrando todos os dias vão levar a nossa riqueza para as duas Américas e para as ilhas Sandwich”. A consequência desta fuga para o estrangeiro – que o editorialista, continuando na sua impiedosa crítica aos governos monárquicos, entende que devia ser canalizada para as nossas colónias africanas – é a escassez de mão-de-obra para os trabalhos braçais, em especial para a agricultura;
 – também a “instrução popular está num lastimoso estado de abandono; e vergonha irrisória! o professorado público que em todos os países desenvolvidos e honestos, é esclarecido e bem remunerado, em Portugal é ignorante e morre de fome”;
 – continuando a traçar o quadro negro do Portugal de 1885, *O Democrata* dá destaque especial aos “encargos do país que engrossam a olhos vistos” e frisa que o “défice é a lepra que persegue os nossos mais zelosos estadistas e de que jamais se podem curar, porque nenhum partido monárquico tem a precisa coragem e energia para fazer sérios cortes pecuniários”. A dívida, sempre crescente, já excederia “a enorme cifra de quinhentos mil contos de reis”, e as Câmaras Municipais, “seguindo a imoralidade do governo” também iriam no mesmo desvario, “esbanjando com aumentos de salários aos empregados, em cons-

truções desnecessárias e supérfluas e para fazer face às suas despesas vão sobrecarregando o povo com novos e onerosos impostos”.

Os grandes culpados desta situação dramática, prossegue o editorialista, são, obviamente os monarcas portugueses que, “depois de nos terem explorado, tem-nos conduzido à miséria e à vergonha e nesta voragem para onde nos arrastaram as suas ambições hão-de conduzir-nos à bancarrota e à tutela estrangeira, talvez, se não houver no país homens honestos e probos que ponham um obstáculo ao declive rápido para onde nos têm atirado”.

Perante um diagnóstico tão dramático e incisivo, a terapêutica tinha de ser radical. Para a aplicar só o partido republicano, cujos ideais importava desenvolver e divulgar “por todos os modos e meios de propaganda”.

Afirmando que ele contava já com considerável implantação nos principais centros urbanos, deles irradiava para todo o País, motivo por que aparecia agora *O Democrata* com o declarado propósito de “desenvolver e vulgarizar na Horta os princípios da sã democracia que são na prática as legítimas aspirações dos homens honestos e esclarecidos do século XIX”.

O editorialista termina confessando que os republicanos faialenses estão conscientes das dificuldades que vão encontrar “numa terra em que o ele-

mento burocrático predomina, em que a galopinagem ambiciosa explora em seu proveito o cidadão ignorante, em que os partidos monárquicos se esfacelam e, finalmente, em que a corrupção dimanando de falsos princípios tem apodrecido e derrocado o velho edifício da monarquia portuguesa”, essa mesma que tem perseguido quem se atreve “a levantar um brado em prol da liberdade e da justiça”. Contudo, porque se têm na “consciência de homens honestos e desinteressados”, anima-os “a firme convicção de que trabalham por uma causa justa e santa e que nem a perseguição nem a calúnia os demoverão do seu intento”.

Sem pôr em causa os ideais dos responsáveis de *O Democrata*, não deixa de ser paradoxal e pouco coerente, que depois de atacar tudo e todos, de forma directa ou indirecta, desde o rei D. Luís, ao presidente do Ministério Fontes Pereira de Melo, ao governador civil António Patrício da Terra Pinheiro, ao presidente da Câmara

Municipal João José da Graça, aos dirigentes e simpatizantes dos partidos regenerador e progressista e à imprensa monárquica local, aqueles antecipadamente se vitimizem em nome da liberdade e da justiça que, sem quaisquer entraves ou condicionantes, acabavam de utilizar até à exaustão!

Para mais, Fontes Pereira de Melo era um estadista tolerante e compreensivo, e o Portugal de então desfrutava de uma ímpar liberdade de expressão. Um adversário de Fontes, o insuspeito constituinte José Dias Ferreira reconheceria na Câmara dos Deputados que “não há país nenhum no mundo, monarquia ou república, que tenha disposições reguladoras do direito de reunião e do direito de petição mais amplas e liberais do que as que estão escritas nas páginas da nossa legislação nacional”¹. Os portugueses tinham, portanto, liberdade de se expressarem, de reunirem e de associarem, mas, porque estavam dependentes do Estado, tinham de se conter e, até, de autocensurar-se.

2. QUEM ERAM OS REPUBLICANOS FAIALENSSES

Descobrir quem foi proprietário, director, editor ou redactor de *O Democrata* revelou-se tarefa impossível. Nos 108 exemplares consultados, num total de 430 páginas, jamais se encontrou qualquer registo de ficha técnica que esclarecesse quem o possuía e

quem o redigia. Apenas se ficou sabendo que a primeira edição foi impressa na “Tipografia de Victor

¹ Vd. MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo, Biografia*, Lisboa, 2010, p. 195.

A. Lemos e Silveira, rua D. Pedro IV, n.º 33 - Loja”, a qual nas edições 2 e 3, mantendo o mesmo endereço, é propriedade de António Gonçalves Viana da Silva, logo regressando ao dono inicial, que, desde 30 de Agosto de 1885 e até 27 de Novembro de 1887, (nesta data termina a colecção do jornal a que tivemos acesso) esteve instalada na “rua de S. João, n.º 45 – Loja”, por coincidência, no mesmo local onde se instalava o “Atelier Fotográfico” de João Augusto Laranjo.

Se não se sabe quem eram os responsáveis pelo semanário, também não se encontrou relação de dirigentes e filiados do Centro Republicano Federal da Horta. Nem *O Democrata*, nem os outros jornais que à época se publicavam no Faial – v.g. *O Fayalense*, *O Açoriano* ou *O Atlântico* – dão grande ajuda no esclarecimento dessa questão. Deduz-se que eram republicanos os dois nomes referidos como donos da tipografia.

O mais importante de todos seria o comerciante António Gonçalves Viana da Silva, nascido na Criação Velha em 31 de Outubro de 1839, que aos 33 anos de idade casou com Maria Evelina Costa na igreja de São Pedro de Alcântara, da paróquia de São Roque do Pico e que, em serviço, algumas vezes se deslocava ao estrangeiro, especialmente a Inglaterra onde ia “buscar novo sortimento” para o seu estabelecimento, sempre quali-

ficado como “acreditado negociante desta praça”.² Quando foi implantada a República ainda era vivo e, por ser o decano dos republicanos faialenses, presidiu à comissão organizadora dos festejos que se realizaram na Horta a 13 de Novembro de 1910, a qual integrava também o comandante militar, capitão Serpa Bulcão, o comandante da canhoneira Açor, Artur Sales Henriques, o capitão do porto Almeida Carvalho, o alferes Roque Mundo e os civis (todos membros da maçonaria) Joaquim José de Azevedo, telegrafista, Alberto Silveira Leal, proprietário e Manuel Ribeiro Teles, oficial dos Correios. Quase da mesma idade do Presidente Manuel de Arriaga, e, comungando do mesmo ideário, trocavam correspondência, existindo no “Espólio do Dr. Manuel de Arriaga” duas cartas assinadas por António Gonçalves Viana da Silva, uma de 12 de Julho de 1885 do Centro Republicano Federal da Horta, agradecendo a Arriaga “ter aceite ser seu representante no congresso do Partido” e a outra de 17 de Novembro de 1887 manifestando gratidão pelo retrato de Manuel de Arriaga e fazendo uma retrospectiva da sua vida.³

² *O Açoriano*, 21 Setembro 1884, p. 3.

³ Agradeço à historiadora Dr.ª Joana Gaspar de Freitas que me facultou estas informações.

Outro histórico republicano foi Victor Amadeu Lemos e Silveira, um operário que marcou de forma indelével os seus companheiros, de tal modo que ainda no presente os trabalhadores o homenageiam no 1.º de Maio de cada ano, depondo flores na sua campa no Cemitério do Carmo. A breve notícia da sua morte em 1927, com 65 anos de idade, publicada num jornal faialense, trata-o por “nosso velho amigo e companheiro de trabalho”, “proprietário da tipografia *A Liberdade*”, “fundador da Associação Operária Faialense” e “um dos republicanos da velha guarda”.⁴

O fotógrafo João Augusto Laranjo que partilhou a loja do seu atelier com a tipografia que imprimia *O Democrata* era outro dos republicanos faialenses e, a fazer fé no que escreveu Osório Goulart em 1916, fora um dos responsáveis daquele jornal, juntamente com José Augusto de Sequeira.⁵

Este, que era comerciante e proprietário, explicitamente surge como dirigente republicano faialense na edição daquele semanário de Abril de 1885. Transcreve-se uma curiosa convocatória do Club Republicano Federal da Horta e que confirma o que se disse: “Por ordem do cidadão Presidente,

são convocados todos os sócios deste Club, a se reunirem em Assembleia-Geral, hoje 19 do corrente às 8 horas da noite, a fim de tomarem posse dos cargos para que foram eleitos [no dia] 16. O secretário interino / José Augusto de Sequeira”. Também na mesma 3.ª página se encontra a sucinta notícia de que no “Club Republicano Federal da Horta houve na noite de 16 do corrente a eleição da direcção que tem de funcionar este semestre”.

A confidencialidade, ou, pelo menos, a não publicitação dos nomes dos republicanos faialenses, certamente que tem uma explicação. Havendo liberdade de imprensa – de que *O Democrata* usou e, até, abusou com regularidade, sem sofrer qualquer punição – temos de supor que, os que mencionámos e os que esporadicamente são referenciados como “correligionários”, estavam ligados aos negócios (casos de Manuel Sabino Coelho de Magalhães Júnior, de João Raposo de Oliveira, de Moisés Benarús ou de José Cardoso) e poderiam reear prejudiciais represálias ou, então, pelo seu reduzido número ou por falta de credenciais políticas, entendiam manter-se no anonimato.

⁴ *O Telégrafo*, 13 Julho 1927, p. 2.

⁵ *Idem*, 26 Setembro 1916, p. 1.

O DEMOCRATA

SEMANARIO DO PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL DA HORTA

2.º Anho

FAYAL—DOMINGO 3 DE JANEIRO DE 1886

Numero 33

HORTA

O NOSSO ANIVERSARIO

Começa hoje com o numero 53, o segundo anno da *Democracia*.

Ficou ao programma que não impozimos, de mostrar e sustentar um periodico, em que se advogassem e defendessem as ideias republicanas, por serem as mais compatíveis com as ideias modernas, de promover por todos os meios ao nosso alcance as liberdades democraticas, atacar ao mesmo tempo os erros e desvirtuamentos do sistema monarchico, temos cumprido na medida das nossas forças a tarefa de que nos incumbimos.

Afastando-nos da politica menfiosa a trapaçosa, que nos retiver no lar domestico e que ha de mais sagrado e puro para satisfazer vinganças torpes e mesquinhas, e augmentar a discórdia que travava no seio da sociedade fayalense, compramos o nosso programma e hoje, somente atacamos actos publicos e honrosos.

Se por vezes a nossa linguagem se tem tornado violenta e aggressiva, se ha asperas phrases temos verificado pensamentos e actos que nos parecem injustificáveis, e porque nos não podemos conter em presença de taes factos.

Nada nos impedirá de continuar o trabalho, afastando-nos tão somente de questões particulares, salvo se nos aggressivem, mas seremos implacáveis com os que nos seus diferentes cargos publicos, praticarem actos dignos de censura.

Não temos a intenção de molestar este ou aquelle individuo, não é essa a nossa missão; o nosso fim é completar unicamente os erros e focuras d'uma monarchia gélida pela orgia e corrupção pela immoralidade, que consume os últimos restos do nosso século vital, nos explora e arruína.

Queremos a todo o custo combater o mal que ha longos annos devora o nosso paiz—a influencia monarchica—e para isso empregamos a propaganda democratica.

Queremos moralidade na administração dos dinheiros publicos, moralidade no alto e baixo functionalismo, moralidade em todos os actos da vida publico.

Queremos ver o paiz portuguez emancipado dos seus direitos de cidadão livre, emancipado da influencia e servilidade a que o custumou, o egoismo e ambigão dos *mandarins*, sacros da realza.

Queremos ver o paiz prosperar, como prosperam as nações civilizadas, livre das paixões e impedições com que lhe travava a roda do progresso, governos desleais e trapeçosos.

Queremos ver o rauidio luctivo do trabalho, unica fonte de felicidade e

lem estar; em vez da ociosidade e passividade com que a monarchia nos vicia.

Queremos o povo portuguez elaborado livremente as suas leis e crear por sua propria vontade os seus governos, ou vez de permittir que os roubem o explorém e o escravizem.

Queremos que a um governo que nos explore, que nos embrutece, que nos cercie a liberdade individual, que pratique toda a serie de indecencias, laizesas e immoralidades; succeda o governo republicano, para nos dar a ordem, o progresso, a economia e o bem estar.

Queremos que os nossos governos locais, que para o futuro serão os verdadeiros governos do povo, nos dêem exemplos de economia e boa administração, em vez dos escandalos e arranjos que costumam todos os dias por em pratica.

É agradecemo ao publico o bom acolhimento que no nosso primeiro anno nos fez, promettemos-lhe que o *Democrata* continuaria a defender vigorosamente os interesses do povo e a moedificar a mensa confiança.

A imprensa local tambem agradece a boa camaradagem que nos tem dispensado e esperamos que o tempo e a melhor relação, decidirá os collegas a pelear ao nosso lado, pelo parte e pela republica.

A REPUBLICA FEDERAL DEMOCRATICA

A republica federal democratica é a mais nobre aspiração d'este século, é o mais grandioso objectivo do desejo universalmente sentido pelos homens honestos; é o mais valente apoio da sociedade humana; e, conseguintemente, o ponto primordial que deve servir de base a todos os governos rectos.

É na democracia que se devem fundar todos os governos patrióticos justos e validos.

Nas sociedades onde não domina a democracia que não são governadas por federacões democraticas, estabelece-se um nivel desigualdade entre as suas diferentes classes.

Esse desigualdade manifestado muitas vezes por mil causas preponderantes, e fatalmente influenciando nos paizes onde nos falta a moralidade, pelo privilegio de raças; desu no fim de século passado o histiologico espectral que marçamos de algum modo a grande e gloriosa revolução franceza.

Em Portugal alguns jornalistas assalariados, escriptores de mediocre talento e mesmo alguns parlamentares de igual qualite, tem querido aproveitar os republicanos de que os governos da terra, os nossos Estados, e até mesmo a

realza são tentativamente democraticos.

Triste ironia, que de resto não bem patente, se a critica de quem imparcialmente observa o assumpto, o ridiculo e a falsidade de tão escandalosas afirmativas.

Se a realza, não podendo já invocar o direito divino para se impor, como fazia antigamente, se funda hoje no privilegio se fascinação, como pode ella apoiar sem escrupulo a mão do pñcio, e aceitar sem responsabilidade a popularidade, com que certos farolões de artigos e historias a queam brudar?

Como se podem fiduciar de desconfiança esses ditados apparatus, que se apresentam em publico, em certos dias e em certos lugares de mandadas e conferenciacões, offeridas ao desleixo e á ignorancia e as mais das vezes, ou quasi sempre quem mais fança?

Não preferimos essas figurões por esse meio far sublevar d'entre a multidão, as as respeitáveis e tristes figuras?

Não nos conta que elles são tñvidos pelo trabalho pelo saber.

Mentem, pñcio, dizendo-se populares e democatas.

A verdade democracia é a que limana do pov (o mais são ardidos bandeiros com se os ambiciosos pretendem illudir intusos).

Nos Estados Unidos e na Suissa, repúblicas christãs, a demencia manifesta-se p tal maneira, que não deixa duvida alguma sobre o respeito que aquellas nações tributam á soberania popular.

A democrac e o privilegio de castas são incompatíveis.

Em Portugal verdadeira democracia está simplesmente nas classes da sociedade, e a verdadeira, obscura e ignorada, e foi-meza que fundam o seu poder na superioridade intelectual, que os guia na vida, e na pura moralidade dos costumes que não para garantia dos seus sentimentos.

Fóra d'isto, o erro e hypocrisia, condecorações, enlaços, tudo é para armar ao effeito; mesmo a propria castidade official.

No periodo filio das grandes monarchias da era media, o rei soube valer-se do pa para submeter ás nobres. Submettemos realmente e ficou com elles dominos o povo.

Reina o rei, gera a nobreza e só obste o povo.

Chegar, para germinar na Europa latina a plausinha de 89 com o sangue dos martyrs do novo Evangelho.

O povo, empujado pela revolução pelo sacrificio e p civilização social, quer tomar conta seu governo.

Que direito tem que lhe embargue? A realza não é um direito

uma usurpação; a nobreza foi um noble legado do offeio humano que a ciencia dissipou O cleto?! Esse fallacioso a força por que se lhe vai partindo a alavanca da ignorancia.

Não ha aspiração possivel fora da democracia.

Quatros unida-tremes á liberdade de dirigir os nossos interesses, rei, nobreza, clero, talde esse entullo do passado será rememorado das effluências do poder para o mar do especulacão.

Portugal

Yaltesem no dia 15 de dezembro ultimo sr. D. Fernando, pai do sr. D. Luiz I.

No eleição municipal de Lisboa realizada no dia 13 de dezembro, obtiveram a maioria de votos a lista do governo, ficando o resto votado com 8.003 e o meno votado com 7.176; a lista republicana obtiveu 3.556 votos e o minimo 1.545.

Para a monarchia poder ganhar a eleição, além da compra de votos, e outras trampalhadas de que são capazes e viciadas; reuniram-se os tres partidos: regenerador, progressista e constituinte para combaterem os republicanos!

Ve-se pelo resultado obtido, que se os partidos monarchicos se conservassem dentro da sua esfera e se não colligassem, o partido republicano teria vencido as eleições por uma maioria imponente. Está claro, que as irregularidades do governo, como o alargamento da cidade e as fraudes das commissões do recenseamento, não tiraram a influencia aos republicanos, antes lhes augmentaram.

O partido republicano gastou 16 milrões.

O republicano que gasta, não esbarra todos representantes da minoria são:

- Jose Elias Garcia
- Zalmeo Consiglieri Pedrosa (dr.)
- Manceo d'Arizaga (dr.)
- Joaquim Theophilo Braga (dr.)
- Fernando Teixeira de Queiroz (dr.)
- Jose Nunes da Matta (dr.)
- Trigueros de Martel (dr.)

Foi eleito chefe do partido progressista, em Lisboa, o sr. Luciano de Castro.

Terminou a sua publicação o jornal republicano a *Ess Nova* que passa a ser substituido pelo *Diario Republicano*.

A ELEICAO MUNICIPAL DE LISBOA

Com a resposta a algumas fallas dos monarchicos, convém ainda consignar: Que o pleito que se discutiu:

FIGURA 2: Primeira edição em que *O Democrata* passa de "semanário político e noticioso" a "Semanário do Partido Republicano Federal".

3. REACÇÕES AO APARECIMENTO DE *O DEMOCRATA*

Uma vez que este semanário e o partido republicano não revelavam os seus dirigentes, esperar-se-ia que diferente fosse a atitude dos outros jornais que se publicavam na Horta. Consultados os dois mais conceituados, ou seja, *O Fayalense* e *O Açoriano*, fica-se, porém, no mesmo desconhecimento, apesar de se notar que ambos acolhem o novo colega com cortesia e com votos de longa vida. Escreve o primeiro daqueles semanários que com o título de *O Democrata* começou a circular “no domingo último uma folha periódica, política e noticiosa”, mostrando-se “a sua redacção firme e corajosa nos princípios que vem advogar”. E, numa farpa que é resposta aos receios de perseguições que o novo periódico manifestara na sua primeira edição, *O Fayalense* lembra que “na ampla liberdade, que felizmente gozamos, há lugar para todas as doutrinas, quando expendidas com a cordura, critério e verdade própria e necessária a esclarecer e guiar a opinião pública na adopção das ideias de que se pretende ser evangelizador neste campo da imprensa”. Sublinha ainda, em evidente remoque, que “todos os que marcham debaixo deste princípio nada têm que recear nem temer, nem nos consta que ainda entre nós se perseguisse escritor algum por ter defendido a verdade e a justiça”.⁶

Mostrando maior abertura, *O Açoriano*, destaca o aparecimento do novo jornal “que tem por fim a defesa das ideias republicanas”, as quais vêm “tomando um desenvolvimento bastante notável, chegando mesmo aos pontos mais ignorados do país”. Adianta aquele semanário que “há como que uma fermentação latente, que, se nalguns casos se manifesta apenas por factos isolados, noutros atinge um grau altamente significativo”. Sem pretender explicar as razões desse fenómeno que, indubitavelmente é fruto de vários factores, *O Açoriano*, desejando assinalar aos leitores os principais acontecimentos sociais e políticos, lembra que “em questões de governos, é e será sempre verdadeiro o seguinte princípio: – cada povo tem o governo que merece”. Daí que os principais esforços a empreender, devessem “consistir justamente em tornar o povo merecedor da melhor forma de governo que lhe convém, e isto, evidentemente, só se conseguirá derramando a maior soma de instrução. A instrução, eis a grande força; a escola eis o grande meio”. É que “a par da instrução que se difunde, vai caminhando lentamente a propaganda dos direitos e dos deveres dos homens”. E como que a comungar dos grandes objectivos republi-

⁶ *O Fayalense*, 11 Janeiro 1885, p. 3.

canos, aquele semanário faialense, acrescentava que era “assim, pela lenta e gradual evolução das sociedades que os princípios se vão radicando e fixando para darem um dia o seu resultado”. Para que ele surgisse – o que implicitamente parecia ser o desejo do articulista – havia que dar instrução ao maior número de pessoas e, já que aparecia um jornal republicano, *O Açoriano* não desejava que os seus leitores ficassem sem saber o que era e o que pretendia o partido que o suportava. Por isso, e sabendo embora que muitos já o conheciam, havia ainda alguns que o ignoravam, motivo suficiente para explicar quais seriam as principais linhas de força da futura organização republicana. Nesta época, e contrariamente ao que veio a verificar-se após o 5 de Outubro de 1910, o poder executivo seria exercido pelo Presidente, o legislativo por um parlamento, composto de duas câmaras, a dos deputados eleitos directamente pelo povo, e a do senado escolhido pelos conselhos provinciais, ficando o poder judicial distribuído por diversas instâncias e com os respectivos titulares, a quem seria exigida a licenciatura em direito, designados pelos conselheiros detentores dos vários cargos do poder político, ou seja, o municipal, o provincial e o parlamentar. Haveria em cada concelho uma câmara municipal, em cada província uma assembleia deli-

berativa e uma comissão executiva. Deixariam de existir: “o conselho de estado, a diplomacia, os conselhos de distrito, os governos civis, as repartições de fazenda, as administrações de concelho e as regedorias de paróquia”. Seria instituído o serviço militar obrigatório, “acabando os exércitos permanentes e secularizados os actos regulados pela lei civil e estranhos à igreja”⁷.

Se a nível do país o funcionamento do partido republicano era bastante precário, por maioria de razão o devia ser no Faial. Disso mesmo dá conta o jornal lisboeta *Pátria*, pela pena do seu correspondente na Horta, numa notícia bem menos simpática e compreensiva do que a dos dois citados semanários faialenses. Diz aquele periódico continental, referindo-se aos republicanos da Horta que “isto que à primeira vista parece ser a manifestação dum partido local não é nada disso. Os republicanos do Faial não se enxergam e dizem que a própria redacção era de um oficial militar... que pelo seu juramento devia ser leal às instituições vigentes. É verdade que para a maioria dos republicanos não há juramento possível”. Claro que estes não deixaram de reagir. Fizeram-no na 1.^a página de *O Democrata* de 21 de Março de 1885 e atacaram forte os partidos e os dirigentes

⁷ *O Açoriano*, 11 Janeiro 1885, p. 1.

políticos locais, em especial a acção supérflua e até nefasta da Câmara Municipal, presidida por João José da Graça que supunham ser o correspondente daquele jornal. Numa coisa estavam de acordo com o noticiarista: os “republicanos do Faial não se enxergam, mas porque ainda não foi

preciso, no momento oportuno hão-de aparecer”, sem necessidade de iludir “o povo com promessas fictícias para serem reeleitos, como o noticiarista deve saber; o povo quando tiver os olhos abertos é que os há-de fazer aparecer”.

4. TEMPOS E TEMAS DE PROPAGANDA

Nos quase três anos de existência, não encontramos registo de *O Democrata* alguma vez haver abertamente defendido a via revolucionária para a instauração da República. Esta, escrevia-se em editorial de 31 de Março de 1885, “baseia-se na ordem, no trabalho e no progresso, condena todas as tentativas que se fizerem para perturbar o sossego público”. Atendo-se à tese própria dos chamados *tempos da propaganda*, diz o editorialista que “se os republicanos não quisessem que a transição que infalivelmente se fará para o estabelecimento da República se efectuasse por meio da evolução e por meios de propaganda sensatos e comedidos, também podiam lançar mão da força, também podiam instigar o povo à violência e à revolta como o têm feito todos os partidos monárquicos – os direitos são os mesmos – mas os republicanos apenas se têm limitado à propaganda das suas ideias e nunca empregarão a violência que condenam”. Já ante-

riormente, a 8.2.1885, a redacção de *O Democrata* não hesitava em escrever “que se tem desenvolvido em Portugal duma maneira bastante assustadora para os adeptos da causa monárquica” a divulgação das ideias democráticas, mercê da “decadência e ruína da nossa administração económica e financeira, das promessas mentirosas de todos os partidos que galgavam o poder, deixando sempre que se afastavam, a nação mais pobre e embaraçada”. Daí resultava “a descrença nas instituições monárquicas cada vez mais corrompidas e desmoralizadas”. Prosseguindo não se coibia de informar que “a Madeira estava toda republicana” e que “os Açores também vão dando o seu contingente para a causa republicana”.

O exagero destas afirmações é manifesto. Mas não deixa de ser verdade que, a partir das comemorações centenárias de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882) e com a preocupante questão colonial (tratado de

Lourenço Marques 1881), aumentara a influência do Partido Republicano em vários sectores da vida política, da juventude académica e do operariado. E disso se aproveitavam todos os que julgavam que as instituições monárquicas, por demais fragilizadas, já não respondiam às necessidades do País. Para esses, o ressurgimento nacional passava pelo primeiro objectivo dos republicanos, que, obviamente, era acabar com a Monarquia. Com esse fim, havia que preparar a opinião pública, denunciar a enorme dívida do Estado e a sempre asfixiante carga fiscal, fomentar o anticlericalismo, revelar as corrupções, os escândalos e os gastos sumptuários da família real e dos governantes, e mostrar as humilhações e os insultos que as potências europeias nos infringiam em África. Nesta campanha destacou-se o Partido Republicano, e disso nos dá conta, praticamente em todas as edições, aquele semanário faialense. Vários são os artigos de opinião da responsabilidade da redacção e muitos mais os que são transcritos de outros jornais e assinados por credenciados políticos republicanos. Lá se encontram, de

forma desenvolvida e clara, por vezes agressiva e violenta, os principais cavalos de batalha da propaganda:

– as linhas programáticas do partido republicano; as excelências da futura república; “o que é ser republicano”; “misérias monárquicas”; “dificuldades da monarquia”; “a derrocada”; “a grande ladroeira”; “o casamento de D. Carlos” e a enormes despesas com “as principescas festas”; “os novos impostos”; “o imposto de selo”, “o imposto de anúncios”; “a questão religiosa”; “a propaganda jesuítica”; “as ordens religiosas”; “expulsão dos jesuítas”; “o amor de um seminarista” e, tantos mais, que mencioná-los é, além de ocioso, praticamente inviável.

Apenas um breve registo de vários jornalistas e políticos republicanos com artigos publicados em *O Democrata*: Silva Lisboa, Jacinto Nunes, Spada (Emídio de Oliveira), Alves Correia, Rodrigues de Freitas, Teófilo Braga, Alexandre da Conceição, Trigueiros Martel, Consiglieri Pedroso, Melo Júnior, Guerra Junqueiro; Bulhão Pato, Joaquim Marques de Carvalho e Magalhães Lima.

5. MANUEL DE ARRIAGA, “NOSSO GENEROSO MESTRE”

Faialense de nascimento, Manuel de Arriaga (1840-1917), era já figura destacada na política nacional quando, na sua cidade de origem, surgiu

O Democrata. Aristocrata de nascimento e republicano convicto desde os tempos de estudante na Universidade de Coimbra, Manuel de Arriaga

foi um dos 12 signatários das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), deputado eleito pelo círculo do Funchal (1882) e membro do Directório do Partido Republicano (1883). Em 27 de Agosto de 1887 voltou pela segunda vez ao Faial – a outra fora em 1866 – a fim de visitar os familiares e as Ilhas do Canal que tanto amava.

O Democrata do dia seguinte, dedica toda a primeira página “ao nosso generoso mestre, o benemérito Manuel de Arriaga”, saúda-o “afectuosamente, em nome dos seus correligionários” e significa-lhe “o grande regozijo que os possui por tão fausto acontecimento, esperando grandes prosperidades da sua presença entre nós”.

Relevante e certamente pouco conhecido é o texto que aquele semanário consagra à figura do que viria a ser primeiro Presidente da República Portuguesa (1911-1915). Apesar do exagero panegírico, próprio da imprensa republicana da época que aproveitava todas as ocasiões para o apresentar como o herói, o deputado do povo e o santo da democracia, a interessante prosa de *O Democrata* testemunha como Manuel de Arriaga era considerado pelos seus conterrâneos. Começa por colocar “um facto que fica geralmente inexplicado a muitos espíritos que a si próprios se

interrogam por que tão rapidamente se propagou em Portugal o espírito republicano; por que se alastrou subitamente no país a consciência desta grande conquista moral – a salvação da pátria pela democracia?” A resposta vem de imediato, e está na “abnegação”, no “altruísmo” e na “sinceridade dos homens que se colocaram à testa do partido”. Se todos merecem respeito e admiração, “obriga-nos, porém, a uma veneração santa, o homem que tendo nascido entre os pergaminhos duma aristocracia secular, sendo educado nos prejuízos da distinção de classes, entre os privilegiados do mando, escritos nos brasões de armas que ostentam nos seus solares, recebendo desde os verdes anos as reverências servis e abjectas da plebe que o serve, enfiado nas librés agaloadas, amimado com todo o supérfluo que o dinheiro e o orgulho inventam, desconhecendo as privações e os sofrimentos do povo – passa por tudo isto, apaga as tradições da família, calca os brasões e os pergaminhos, sacrifica as alegrias do coração na conveniência dos seus, despe todos os prejuízos, despede-se de todas as honrarias e apresenta-se soldado raso, mas intemerato, mas convicto, mas sincero, mas entusiasta e incorruptível nos arraiais populares, quebrando o último símbolo heráldico dos seus brasões no grito sincero e entusiasta e comovente de: Viva o

Povo! Viva a Democracia! Eis aqui mais um soldado da República!” Naturalmente que este herói assim retratado era o dr. Manuel de Arriaga, que “nasceu nesta cidade da Horta e tem um berço fidalgo”, e que desde cedo revelou “uma inteligência de eleição que só pode coexistir com a verdade e a justiça. E essa inteligência iluminou-o por tal forma que quebrou os laços do coração para não quebrar a inteireza de consciência”. Foi assim que, fiel aos ideais e princípios que o opunham aos seus, se viu “privado das mesadas da família”, tendo de “custear os seus estudos com o próprio saber, ensinando para viver e ensinando para proteger um irmão [*José de Arriaga, historiador e filósofo*] que também havia ferido o sentimento aristocrático da família”. Concluída a formatura em Coimbra foi “nomeado lente de uma cadeira no liceu de Lisboa”, sendo dela demitido “por não querer aceitar ser preceptor dos filhos do rei”, preferindo manter a integridade de carácter e independência de procedimentos a ter de ceder aos requintes da corte e às prebendas da realeza. Era assim o dr. Manuel de Arriaga: “livre como os livres” mas “escravo do que julgava seu dever”. Foram todos estes atributos pessoais e os valiosos trabalhos como propagandista dos princípios democráticos

e republicanos, que, em 1882, levaram os madeirenses a “escolherem-no para seu representante no parlamento”, tendo, nesse ambiente hostil dominado pelos monárquicos, desempenhado o lugar “desassombrada e brilhantemente”, de tal modo que “os governos do rei têm obstado a todo o transe a sua reeleição”, mandando “fuzilar o povo e instaurar processos aos que o queriam para seu defensor”. Se, pela força, ficou impedido de advogar os interesses do povo madeirense no parlamento, deslocou-se de propósito ao Funchal em 1885 para “tomar a defesa dos oprimidos, desprezando receios, rindo-se da prepotência da monarquia; e com a sua palavra inspirada, com a palavra de poucos, não patenteou a justiça dos mártires que de todos já era bem conhecida, mas fez recuar a força degradante da monarquia, que resolvera acintosa e vingativamente esmagar os eleitores republicanos”. Absolvendo os réus, “o tribunal declarou implicitamente que a monarquia praticou uma infâmia!”

Na exaltação dos predicados pessoais de Arriaga, *O Democrata* terminava o seu elogioso artigo apontando-o como “brilhante ornamento da tribuna, uma glória áurea do partido republicano e um modelo exemplar de incorruptível cidadão português”.

6. PRECOCE FIM

Perante uma personalidade tão dotada, propagandista e militante de um ideal que prometia um futuro melhor para a generalidade dos portugueses, certamente que os republicanos faialenses tinham legítimas expectativas de que a mudança histórica que desejavam agregaria mais e mais adeptos que a levariam ao triunfo final.

O que certamente não esperavam é que ele só acontecesse 23 anos depois, não por evolução natural de uma sociedade devidamente politizada pela propaganda republicana, mas sim por um levantamento militar liderado pelo comissário naval

Machado dos Santos que se transformou num movimento popular, devidamente enquadrado pela Carbonária, e que, nas principais cidades, envolveu milhares de pessoas das mais humildes classes sociais.

Entretanto, já há muitos anos que deixara de existir o semanário do Partido Republicano Federal da Horta. Deve ter cessado em finais de 1887, pois esta notícia do jornal *O Açoriano*, em 15 de Janeiro de 1888: “Consta-nos que *O Democrata*, que suspendeu a sua publicação, reaparecerá brevemente”⁸, não teve confirmação.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- O Açoriano*, Horta, 1885 e 1888.
O Fayalense, Horta, 1885.
O Democrata, Horta, 1885-1887.
O Telégrafo, Horta, 1916 e 1927.

ESTUDOS

- FERREIRA, David, “Republicano Português, Partido”, in *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- FREITAS, Joana Gaspar de, *História de um açoriano que chegou a Presidente da República*, Faial, Associação AALH, 2005.

MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo, uma Biografia*, Lisboa, Aletheia Editores, 2010.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XI, 1910-1926, Lisboa, Verbo, 1989.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Gradiva, 2004.

VERÍSSIMO, Nelson, *Manuel de Arriaga, deputado pelo Funchal (1882-1884)*, in *O Tempo de Manuel de Arriaga*, coordenação de Sérgio Campos de Matos, Lisboa, CHUL e AALH, 2004.

